

Plano de Formação

Ano de 2023

Qualquer plano de formação deverá sempre contemplar as reais necessidades da organização. E como as organizações não são entidades abstratas, mas compostas por homens e mulheres, porque não são artefactos naturais, mas artificiais, a primeira questão a colocar é a seguinte:

Que necessidades de formação terá a Inspeção Regional de Educação (IRE)?

Antes de respondermos a esta questão importa perceber o que é a IRE.

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/M, de 11 de novembro, que aprovou a orgânica da então Secretaria Regional de Educação, a IRE passou a consagrar na sua missão *a escola como organização educativa, assumindo como prioritária a qualidade da educação das crianças e do ensino dos alunos, numa perspetiva de educação para todos, de direitos humanos e de inclusão.*

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2020/M, de 11 de março, este organismo passa a depender diretamente do Secretário Regional, deixando de integrar o seu Gabinete.

Como se pode ler no articulado do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2020/M de 9 de janeiro, que aprovou a orgânica da Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, a “IRE tem por missão o exercício da tutela inspetiva da Escola como organização educativa e dos serviços dependentes da SRE, nomeadamente através de ações de acompanhamento, de avaliação, de auditoria, de verificação e de apoio técnico, por forma a *garantir a qualidade da educação das crianças e do ensino dos alunos, numa perspetiva de educação para todos, de direitos humanos e de inclusão.*” [itálico nosso].

Reafirmava-se, mais uma vez, na sua missão, naquilo que é a razão de ser da sua existência, “(...) a tutela inspetiva da escola como organização educativa (...)”, através de um conjunto de atividades tendo em vista a qualidade de educação, reforçando-se sempre a natureza dessa qualidade: *educação para todos, direitos humanos e inclusão.*

Outrossim, o que a IRE quer alcançar e onde quer chegar, a sua visão, porventura propositadamente, está, mais uma vez, consubstanciada na “*garantia da qualidade da educação das crianças e do ensino dos alunos (...)*”, enunciando sempre a natureza dessa qualidade, redação explícita no seu Quadro de Avaliação e Responsabilização.

Por outro lado, o Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2020/M, de 11 de março, não deixa de sublinhar logo na alínea a) do n.º 4 do artigo 2.º do anexo a que se refere o artigo 1.º do diploma preambular, que são atribuições e competências da IRE:

“Propor ou colaborar na preparação e execução de medidas que visem o aperfeiçoamento e a melhoria do funcionamento do sistema educativo regional e da qualidade dos estabelecimentos de educação e de ensino, numa perspetiva de *promoção do sucesso escolar dos alunos, de*

alteração da cultura de retenção, de promoção do espírito crítico e da assunção do compromisso ético de transformação da realidade socioeducativa;”

Não querendo ser repetitivo, pela sua importância, pelo menos simbólica, não posso deixar de sublinhar a ênfase dada no enquadramento jurídico da IRE, às seguintes expressões: *educação para todos, direitos humanos e inclusão, promoção do sucesso escolar dos alunos, alteração da cultura de retenção, promoção do espírito crítico e assunção do compromisso ético de transformação da realidade socioeducativa.*

Atente-se no estado da arte relativamente às pesquisas sobre a natureza das inspeções de educação:

Natércio Afonso no prefácio ao e-book *Autonomia e autoavaliação da escola: Análise de processos de regulação*, publicado em 2000, sob coordenação de Estela Costa e Marta Almeida, refere a dado passo que

“(…) Ao longo da década de 80 e no início dos anos 90, a atividade inspetiva desenvolve-se em paralelo com uma progressiva hiper-regulação burocrática da gestão escolar, expressa em normativos detalhados sobre a organização e funcionamento da escola, de que é exemplo a conhecida circular LAL (lançamento do ano letivo), que funcionará como manual de referência para a formulação de juízos inspetivos sobre a referida “legalidade e razoabilidade” dos procedimentos de gestão.. (…)”

E continua, afirmando que

“Ao contrário da regulação burocrática tradicional, em que o conhecimento é mobilizado para fundamentar e credibilizar a substância das políticas expressas nas leis e normativos, na regulação pós-burocrática o conhecimento é usado na produção e circulação de instrumentos (guiões, formulários, escalas de avaliação, exemplos de boas práticas, dados comparativos, modelos de argumentação), que sustentam narrativas cientificamente validadas sobre a qualidade da educação e das escolas.”

Termina o seu prefácio argumentando que “(…) não se trata já e apenas de obedecer à lei e às normas, trata-se principalmente de aderir e aceitar participar numa comunidade de ideias e de práticas sobre a qualidade da educação e do ensino.”

Ora, a qualidade de educação e do ensino não se esgota numa “visão global e panorâmica a partir da letra da lei e da sua exegese legítima”, “(…) ignorando-se as organizações escolares concretas e a ação dos actores escolares periféricos (…)” . Dir-se-ia que pouca ou nenhuma utilidade terá um “conhecimento institucionalizado e abstrato da escola centrado nas regras formais legais” ao contrário de um conhecimento organizacionalmente referenciado a contextos concretos de ação e a actores escolares concretos.¹

Neste background, coloca-se a questão:

Em que consistiu a formação efetuada nestes últimos anos na IRE, designadamente a partir do ano de 2015?

¹ Adaptado de Lima, L. C., Estêvão, C. V., Silva, E., Torres, L. L. & Sá, V. (2006). *Compreender a Escola. Perspectivas de Análise Organizacional*. Porto: Edições ASA

Pode dizer-se que assentou no seu projeto PIDAR - “*A epistemologia da prática e a mobilização de competências*”, materializado num conjunto de *Diálogos sobre Educação*, alargados, também, aos elementos dos órgãos de gestão das escolas e que teve por base um conjunto de áreas do saber com forte pendor sociológico.

Estes “Diálogos sobre Educação” focaram-se num vasto leque de temáticas, cruzando-se, como se disse anteriormente, várias áreas do saber, designadamente *Sociologia da Avaliação, Fundamentos e Desafios da Avaliação, Avaliação Institucional, Avaliação Externa das Escolas, Avaliação do Desempenho Docente, Conhecimento e Política em Educação – o caso do Pisa, Supervisão interpares, Observação de Aulas e Profissionalidade Docente, Aprendizagens Essenciais - conclusões do trabalho efetuado para a OCDE, Os Nossos Alunos-Cidadãos do séc. XXI; Currículo: Aprendizagem, Ensino e Avaliação; Avaliação das Aprendizagens num Contexto de Flexibilidade e Questões Desafiadoras, Critérios de Avaliação das Aprendizagens dos Alunos - Avaliar para Classificar ou Avaliar para Melhorar as Aprendizagens dos Alunos? Apresentação de um Caminho, Escalando o Pódio: A Construção da Excelência Escolar, Inovação Pedagógica, uma Improbabilidade Possível, O Poder nas Organizações, Promoção do Sucesso Escolar: o caso do MIPSE, Educação Inclusiva: Educar todos com todos, Ética e Deontologia Profissional, Procedimento Disciplinar – Enquadramento legal e algumas noções práticas*, entre outras.

No corrente ano, 2023, com a organização do workshop da Standard International Conference of Inspectorates - SICI, *Perspectives in Research: “What can be driving forces in the relationship between inspection and research?”, “What can be the added value?”*, o orçamento do Pidar ficou consignado a este evento.

Todavia, face à oferta de formação proporcionada pela Administração Pública, nomeadamente nas áreas de Informática, Literacia Digital, Direito, Gestão e Administração, Contabilidade e Fiscalidade, Ciências Empresariais, Enquadramento na Organização Empresa, Secretariado e Trabalho Administrativo, Segurança e Higiene no Trabalho e Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD) e ao levantamento efetuado por esta entidade, ficamos a aguardar pela sua realização, registando que já está agendada para os meses de setembro e outubro formação para todos os trabalhadores da IRE, designadamente em Share Point e One Drive.

Elencam-se na página seguinte as áreas escolhidas pelos trabalhadores da IRE no âmbito do plano de formação profissional da Administração Pública, destinado a todos os quadros da Administração Pública Regional da Região Autónoma da Madeira.

Direito

1

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

21 horas - Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

2

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Princípios Básicos)

21 horas Coordenadores Técnicos outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a IV)

3

LTFP: Regime de Férias, Faltas e Licenças

21 horas

Coordenadores Técnicos outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a IV)

4

LTFP: Processo Disciplinar

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

6

Regime da Contratação Pública - Execução dos Contratos

28 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

7

Regime de Pensões dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas

21 horas Dirigentes Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

8

Legística: Preparação Técnica e Redação de Leis e Regulamentos

28 horas Dirigentes Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

9

Código do Procedimento Administrativo

28 horas Dirigentes Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias

Gestão e Administração

11

Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na RAM

28 horas Dirigentes Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

13

QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização (SIADAP 1) e Controlo Interno

24 horas Dirigentes Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

14

Regime de Parentalidade - Proteção Social na Maternidade, Paternidade e Adoção

14 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

15 Recrutamento de Pessoas na Administração Pública

28 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

16

O RGPD na Administração Pública

14 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

17

Gestão de Projetos-Conceitos Base, Processos, Metodologias e Ferramentas

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias

23

Modernização Administrativa, Monitorização de Processos na Gestão da Qualidade

21 horas Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos, outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a VI)

24

Desenho e Implementação de Indicadores de Apoio à Decisão

14 horas Dirigentes e Técnicos Superiores (Nível V a VI)

25

Avaliação da Inovação

14 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

26

Utilizar o Portal Base-Contratação Pública

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

27

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

28

Gestão da Informação Arquivística na Administração Pública

28 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos, outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a VI)

29

Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens

14 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos, outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a VI)

30

Políticas na Ótica de Género

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos, outras Chefias

Desenvolvimento Pessoal

31

Liderança e Gestão de Equipas

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

32

Relações Interpessoais

30 horas Coordenadores Técnicos outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a IV)

33

Gestão de Conflitos e Relações Interpessoais

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos, outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a VI)

34

Gestão de Crises e Mudança Organizacional

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos, outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a VI)

35

Técnicas de Atendimento ao Público

21 horas Coordenadores Técnicos outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a IV)

37

Desenvolver a Inteligência Emocional

21 horas Coordenadores Técnicos outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a IV)

38

Atendimento e Relacionamento com o Público

21 horas Coordenadores Técnicos outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a IV)

39

Trabalho em Equipa

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias

Contabilidade e Fiscalidade

43

Contabilidade Analítica 35 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

44

A Lei de Enquadramento Orçamental e o Novo Referencial Contabilístico

28 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias Administrativas (Nível V a VI)

45

Auditoria - Normas de Auditoria, Planeamento, Técnicos

35 horas Dirigentes e Técnicos Superiores (Nível V a VI)

46

Controlo de Boa Gestão Financeira

14 horas Dirigentes e Técnicos Superiores (Nível V a VI)

47

Técnicas de Elaboração de Relatórios de Inspeção

14 horas Dirigentes e Técnicos Superiores (Nível V a VI)

48

Sistema de Controlo Interno na Administração Pública

21 horas Dirigentes e Técnicos Superiores (Nível V a VI)

Ciências Empresariais

49

Entrevista de Avaliação de Competências

14 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias

Secretariado e Trabalho Administrativo

51

Secretariado, Arquivo e Expediente

21 horas Coordenadores Técnicos outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível

Segurança e Higiene no Trabalho

52

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

21 horas Dirigentes, Técnicos Superiores, Coordenadores Técnicos e outras Chefias

Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)

53

Gestão Documental e Desmaterialização de Processos de Negócio

18 horas Coordenadores Técnicos outras Chefias Administrativas e Assistentes Técnicos (Nível I a IV)

Literacia Digital

Nível Básico

Outlook (Correio eletrónico)

Office 365

Edição de Vídeo e Animação em Adobe Premiere

Design Gráfico e Imagem Digital em Adobe Photoshop

Publisher

Gestão/edição de Páginas Web

Teams e Ferramentas de Comunicação online

Cibersegurança – nível básico

Nível Avançado:

Word

Excel

PowerPoint

Teams e Ferramentas de Comunicação online

Nível Variável (Do essencial ao avançado)

Microsoft Forms - Formulários Online

Fórmulas e Funções no Microsoft Excel

Gestão de Projetos de Inovação

Outlook (Correio eletrónico)

Office 365

Gestão/edição de Páginas Web

Teams e Ferramentas de Comunicação online

SharePoint

Organização e gestão de Eventos online/ híbridos

Gestão de Sites Institucionais

Plano de formação - 2023